



RELATÓRIO 2006



The face of Human Rights
Lars Muller Publishers.

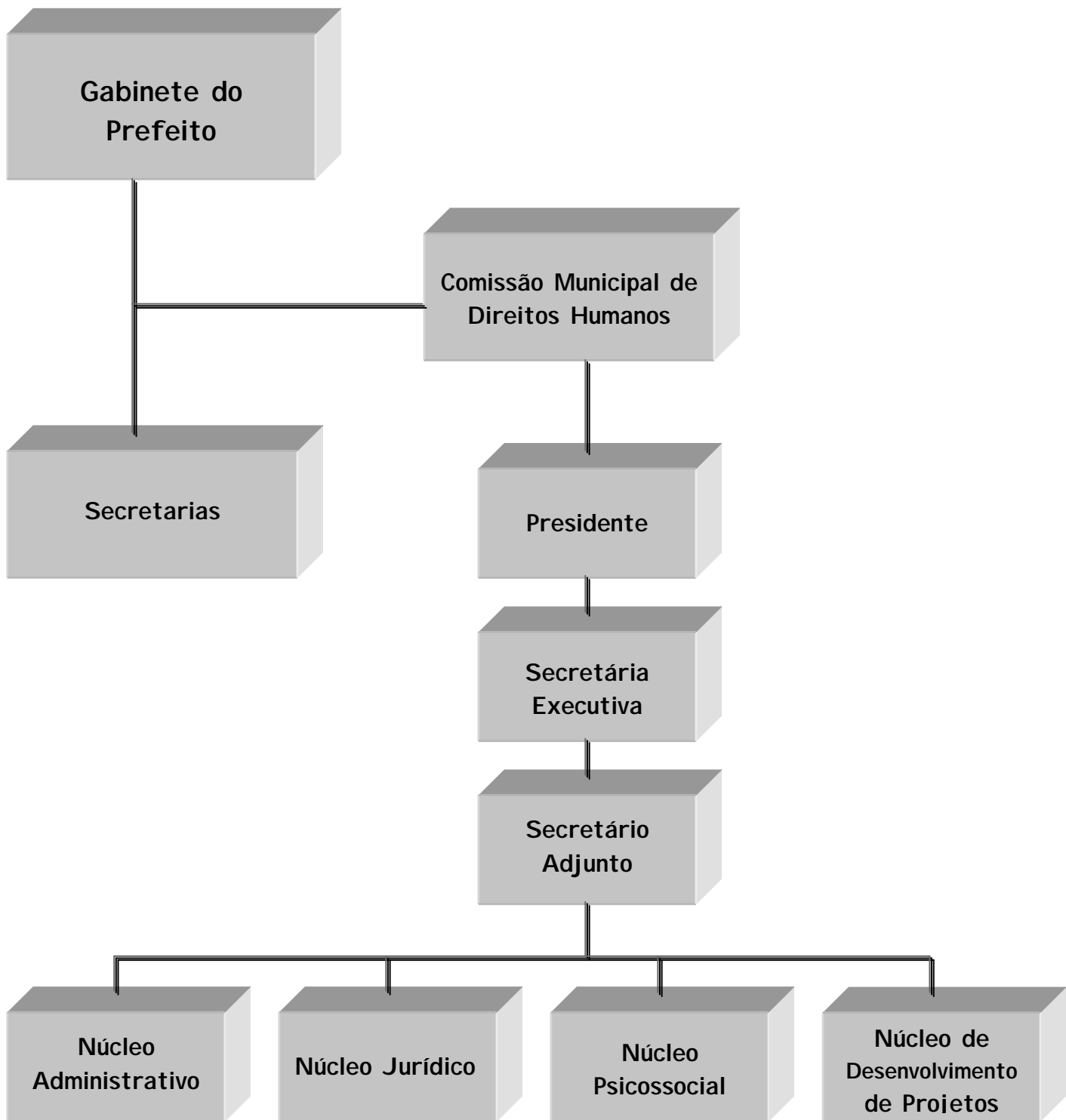
Direitos Humanos:

Um sonho de entendimento, entre todos, que respeite as diferenças, juntando e transformando o MEU e o SEU num NOSSO solidário e fraterno.

José Gregori

COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo assumiu a responsabilidade da proteção e a preocupação com os compromissos fundamentais da dignidade humana na área municipal. Adotando este enfoque acredita numa real possibilidade de transformação e mobilização social.



MENSAGEM DO MINISTRO

JOSÉ GREGORI

PRESIDENTE DA COMISSÃO

MUNICIPAL DE DIREITOS

HUMANOS

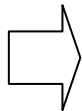
O ano de 2006 foi importante para a Comissão. Prosseguiu o trabalho de sua consolidação. Teve presença e desenvolveu atividades. Foi útil a sociedade. Presença no momento mais crítico da Capital, quando do ataque do PCC, foi dela com o "Sou da Paz" a iniciativa de promover o ato ecumênico na Catedral em homenagem às vítimas dos atentados. Todos os representantes das religiões conhecidas compareceram, Margariga Genevois leu manifesto de várias personalidades homenageando os policiais mortos. Se a imprensa paulista que compareceu em peso tivesse, em tempo real, dado publicidade ao ato, talvez, a Cidade não tivesse tido a tarde de pânico e medo inédita na nossa história. Nos dias de crise mantivemos contato com autoridades policiais aconselhando ação firme, mas evitando a represália que extrapolasse a legítima defesa. O Ouvidor da Polícia, Antônio Funari, é testemunha de nossos esforços como somos os dele no mesmo sentido. Procuramos junto com o Secretário Eduardo Jorge uma concentração de Paz no Ibirapuera. Fomos úteis a sociedade com a organização do serviço de Proteção ao Adolescente Ameaçado na Programa PPCAAM (Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte), como apoio do governo federal, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e uma ONG especializada. São cerca de 60 de jovens efetivamente ameaçados que se não fosse por esse serviço protetor, muito provavelmente teriam sofrido ou agressão ou

morte. São poucos ainda, os atendidos mas é a primeira vez que se faz isso na cidade. O Balcão de atendimentos prosseguiu dando ouvido e encaminhando os casos de pessoas sem nenhum apoio ou recurso.

Realizamos dois Seminários significativos pelo número de participantes e temas abordados: um sobre a situação do estrangeiro no Brasil face o seu real cotidiano - trabalho - discriminação e possibilidade de progresso - convidando, inclusive, a autoridade do Secretário da Justiça que coordena a Comissão incumbida de enviar projeto da nova legislação. O outro Seminário tratou do tema "Direitos Humanos, direito de todos" e permitiu que especialistas de todo Brasil trouxesse uma visão moderna do assunto, como fizeram Alba Zaluar, Nancy Córdia, Hamilton Faria, Dario Birolini, Oscar Vilhena, entre outros.

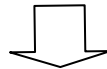
No campo macro, estivemos em Buenos Aires - sem ônus para o município - defendendo, perante dezenas de entidades de vários países, o Programa do PNUD/ONU as Metas do Milênio, ajudamos a organizar um Fórum da Sociedade Civil sobre o combate a violência e vimos com satisfação, como todos os democratas, as realizações de eleições gerais em nosso país, com o exercício de pluralidade, livre competição e posse tranqüila dos que obtiveram a maioria dos votos.

1 - Introdução PÁG.11



2 - Balcão de Atendimentos PÁG. 13

- 2.1 - Perfil dos atendimentos em 2006 **13**
- 2.2 - Relato de três exemplos de casos do Balcão de Atendimento em acompanhamento **14**
 - 2.2.1 - Ambulante agredido por GCM **14**
 - 2.2.2 - Denúncia contra sistema municipal de saúde **14**
 - 2.2.3 - Atentados de Maio **15**



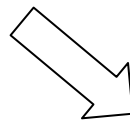
3 - Promoção de Políticas Públicas de Direitos Humanos PÁG. 16

- 3.1 - SIM - Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos **16**
 - 3.1.1 - 2ª Etapa do SIM - Pesquisa quantitativa sobre Direitos Humanos **18**
 - 3.1.2 - 3ª Etapa do SIM - Monitoramento **19**
- 3.2 - Oficina de Direitos Humanos nas Subprefeituras **20**
- 3.3 - Curso de Direitos Humanos para Guarda Civil Metropolitana **22**
- 3.4 - Fórum Metropolitano de Segurança **24**
- 3.5 - Melhoria da Administração Penitenciária **27**
- 3.6 - Central de Penas e Medidas Alternativas **28**
 - 3.6.1 - Central de Penas Alternativas para Mulheres **28**
 - 3.6.2 - Prestadores de Serviço **29**
 - 3.6.3 - Descentralização da Central de Penas e Medidas Alternativas **29**
- 3.7 - Defensoria Pública **30**
- 3.8 - PPCAAM **31**
 - 3.8.1 - Eventos do PPCAAM **32**
- 3.9 - Conselho de monitoramento de políticas à população em situação de rua **34**
- 3.10 - Grupo de Trabalho Intersecretarial sobre pessoas em situação de rua **36**
- 3.11 - Programa Ação Família - Comissão Intersecretarial **38**
- 3.12 - Comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos **40**
- 3.13 - Fórum de Profissionais do Sexo **42**
- 3.14 - Aldeia do Jaraguá **43**
- 3.15 - Saúde da População Negra e outras minorias étnicas e raciais **45**
- 3.16 - Planejamento Estratégico - IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal **46**
- 3.17 - Tráfico de Seres Humanos **48**
- 3.18 - Nós do Centro **50**
- 3.19 -Projeto URB-AL **52**
- 3.20 -Prêmio Municipal de Direitos Humanos **54**
- 3.21 - Migrantes e Refugiados **56**
- 3.22 - São Paulo Integra **59**
- 3.23 - Conselho Estadual de Direitos Humanos/Subcomissão de Integração com Órgãos da PM **60**
- 3.24 - Acompanhamento das ações da Secretaria Municipal de Serviços para os Catadores de Resíduos Sólidos na Cidade **61**



4 - Participação da Comissão Municipal de Direitos Humanos em Eventos PÁG. 62

- 4.1 - Congresso Brasileiro de Direitos Humanos, Sociedade e Estado **62**
- 4.2 - I Mostra São Paulo Aqui Tem Paz **63**
- 4.3 - I Encontro Brasileiro de Direitos Humanos em Curitiba **63**
- 4.4 - Presença do Secretário Executivo do Ministério da Justiça na sede da CMDH **64**
- 4.5 - VI Colóquio Internacional de Direitos Humanos **65**
- 4.7 - Eventos **66**



5 - Agenda do Presidente da CMDH PÁG. 70



6 - Aprimoramento e Consolidação Institucional da Comissão Municipal de Direitos Humanos PÁG. 73

- 6.1 - Quadro Funcional **73**
- 6.2 - Rubrica Orçamentária **73**
- 6.3 - SAC - Sistema de Acompanhamento de Casos **74**
- 6.4 - Lei da Comissão Municipal de Direitos Humanos **74**
- 6.5 - Ouvidoria **75**
- 6.6 - Assessoria de Imprensa **76**

1. INTRODUÇÃO

Missão

Defender, proteger e promover os Direitos Humanos, bem como fomentar a inserção do tema nas políticas públicas do município.

Criada pela Lei 13.292, em seu artigo 238, publicada em 20 de dezembro de 2001. Foi instalada oficialmente em 11 de setembro de 2002.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos – CMDH é constituída por um Conselho, que é integrado por membros natos e membros eleitos, Presidente, Secretária Executiva, Secretário Adjunto, Núcleo Jurídico, Núcleo Psicossocial e Núcleo de Desenvolvimento de Projetos.

Como suporte técnico, a Comissão conta, ainda, com três assistentes administrativos, um auxiliar de gabinete e três motoristas, sendo dois GCMs, que fazem escala.

Para a orientação e acompanhamento dos casos foi instituído um Balcão de Atendimento ao Múncipe. Reformulado pela atual gestão, este serviço visa abranger, além do simples encaminhamento da denúncia, o foco social ou político que a motivou. Não a consideramos um cartório de queixas ou amplificação de acusações, mas um instrumento de transformação da sociedade.

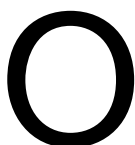
A CMDH trabalha em equipe, onde todos os temas são debatidos e executados em conjunto, tanto nas políticas públicas, como nos projetos e realização de eventos.

Durante o ano de 2006, definimos em planejamento estratégico, quais os objetivos para o biênio 2007/2008:

- 1) Gestão da CMDH qualificada com ações consolidadas
- 2) População mais ciente da noção de Direitos Humanos e de seus direitos e deveres
- 3) CMDH com ação articulada a outros órgãos, entidades de Direitos Humanos para enfrentamento de violações de Direitos Humanos

Neste sentido, procuramos buscar por meio destes objetivos o cumprimento da missão da CMDH.

2. BALCÃO DE ATENDIMENTOS



Balcão de Atendimento, vem aprimorando a relação entre os órgãos públicos e a população, com o objetivo de incentivar o munícipe a exercer sua cidadania de forma digna e respeitosa.

O atendimento é feito em conjunto pelos núcleos jurídico e psicossocial, analisado de forma individual, sempre considerando os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos, seguindo estratégia diferenciada de atuação para cada caso.

A CMDH instituiu relação de diálogo com alguns órgãos, no sentido de atuar nas questões relativas aos direitos humanos em sinergia, a fim de solucionar os casos com maior celeridade e eficácia, dentre eles a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Ministério Público Federal e Estadual, Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Ouvidoria do Município de São Paulo, Subprefeituras, Secretarias Municipais, assim como algumas Organizações não Governamentais.

Salienta-se que a necessidade de promover, defender e resolver os conflitos relativos aos direitos humanos, se faz possível diante da parceria e colaboração de todas as entidades envolvidas.

Perfil dos atendimentos em 2006

No ano de 2006 foram atendidos 615 casos. Esses casos relacionam-se com a promoção e defesa dos Direitos Humanos, mediante ações preventivas,

corretivas e reparadoras, de acordo com o artigo 2º da Lei 13.292/02. Foram registrados 305 casos de denúncias de violações aos Direitos Humanos, dos quais 148 constituíam denúncias de violações dos direitos civis e políticos (25 casos de denúncias de violência policial, 17 de denúncias de violência cometida por Guardas Civis Metropolitanos, 77 casos de denúncias no sistema Prisional, 10 casos de denúncias de maus tratos na FEBEM e 19 casos de queixas de violações institucionais de todo gênero), 157 casos relativos a direitos econômicos, culturais, ambientais e sociais, entre os quais se destacam 29 casos envolvendo crianças e adolescentes em situação de risco, 44 casos de queixas contra o Sistema de Saúde, 11 casos de discriminações (étnica, gênero, idade), 34 queixas de moradores de rua e albergues, 08 casos de violações em ocupações e desocupações de áreas invadidas e 31 casos de denúncias de violações contra idosos, mulheres e refugiados. Além dos casos de violações de direitos humanos, foram atendidos 310 casos dos quais 134 casos foram de orientação jurídica, 137 atendimentos psicossociais e 39 casos de pessoas portadoras de transtorno mental.

Relato de três exemplos de casos do Balcão de Atendimento em acompanhamento

Ambulante agredido por Guarda Civil Metropolitana

Trata-se de denúncia recebida nesta Comissão, relatada por Ambulante que sofreu agressões por Guardas Civis Metropolitanos em São Paulo. Foram tantos os ferimentos que foi necessária intervenção cirúrgica para a reconstrução de seu rosto. Os GCMs registraram Boletim de Ocorrência colocando-os como vítimas e o ambulante, como indiciado. O Diário de São Paulo publicou a matéria. A CMDH acompanha o caso judicialmente.

Denúncia contra o Sistema Municipal de Saúde

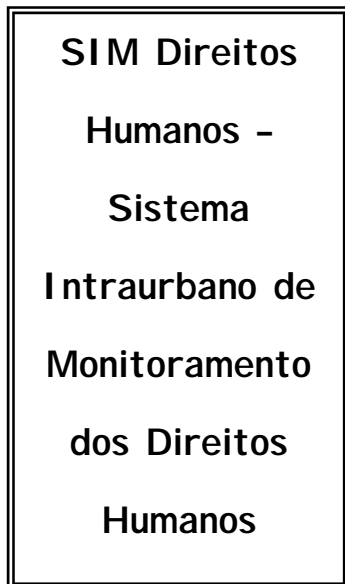
A munícipe relata que foi obrigada a utilizar o Pronto Socorro de hospital público para tratar de infecção renal decorrente de complicações de apêndice supurada, sendo que não conseguia agendar horário com nefrologista, apesar da gravidade de seu caso. A CMDH realizou contatos com serviço social e ouvidoria do hospital para elucidação do caso. A munícipe foi atendida por

clínico geral para ser encaminhada ao especialista. O caso envolve negligência do sistema de saúde (falta de especialista em número suficiente para dar conta da demanda, o que provoca fila de espera).

Atentados de Maio

A Comissão Municipal de Direitos Humanos foi acionada pelos familiares das vítimas dos atentados de maio, a fim de registrar algumas denúncias. Foram enviados ofícios a Ouvidoria e Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ao DEIC – Departamento Estadual de Investigações Criminais e ao DHPP – Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa, solicitando informações e providências. Os familiares foram orientados quanto ao possível encaminhamento ao CRAVI. Esta Comissão está acompanhando os casos judicialmente.

3. PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS



Em 2005, a CMDH lançou o SIM Direitos Humanos (Sistema Intraurbano de Monitoramento de Direitos Humanos), trata-se de um sistema para avaliar o nível de respeito aos direitos humanos em cada subprefeitura da cidade de São Paulo.

O SIM Direitos Humanos está disponível para consulta na internet no portal da prefeitura (http://www.prefeitura.sp.gov.br/sim_dh) e conta com 32 indicadores divididos em 5 dimensões: sócio-econômica, violência, criança e adolescente, mulher e negro, que formam, em seu conjunto, um sistema para análise da garantia dos direitos humanos na cidade.

Na forma de mapas e tabelas o sistema apresenta uma visão global da cidade, classificando as 31 subprefeituras em cinco faixas de garantia dos direitos humanos. A forma de apresentação do SIM Direitos Humanos permite sucessivos aprofundamentos de informação e análise, servindo como uma ferramenta útil para o planejamento de intervenções na cidade de São Paulo.

O SIM Direitos Humanos apresenta um mapa global da situação de respeito aos direitos humanos em cada subprefeitura da cidade, mas também permite a consulta à amplitude das informações recolhidas, sem reduzi-las a um único índice estatístico. Ou seja, além do mapa geral dos direitos humanos, cada

dimensão e cada um dos indicadores geram mapas específicos e tabelas, comparando as subprefeituras, sempre em cinco faixas de classificação de alta a precária garantia. Assim é possível acessar o mapa da situação dos direitos humanos, que mostra a posição de cada subprefeitura no conjunto dos indicadores; o mapa da situação de cada subprefeitura nas 5 dimensões: sócio-econômica, violência, criança e adolescente, mulher e negro, com os respectivos indicadores; e os mapas temáticos de cada um dos 32 indicadores. Nesse sentido, em 2006 foram realizadas diversas atividades de divulgação do sistema ao poder público e à sociedade civil. Dentre as subprefeituras contactadas para divulgação do SIM Direitos Humanos, destacam-se as subprefeituras de precária e baixa garantia aos direitos humanos na cidade, como subprefeitura de Campo Limpo, M´Boi Mirim, Jabaquara, Cidade Ademar, Capela do Socorro, Itaquera e Freguesia.

A CMDH participou de eventos para divulgação do SIM Direitos Humanos, como no Seminário sobre Governança Municipal, organizado pela Fundação SEADE em abril; na mesa sobre indicadores de direitos humanos durante a CONFEST em agosto; apresentação para as 31 subprefeituras da cidade no encontro do Projeto São Paulo Integra da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e na II Oficina de Estatísticas Públicas e Direitos Humanos em novembro.

Vale ressaltar que o Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos foi utilizado como base para proposta apresentada pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) de um sistema nacional de indicadores de direitos humanos durante a CONFEST e na II Oficina de Estatísticas e Direitos Humanos em novembro. Em dezembro a CMDH participou, a convite do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas – IPEA, de um encontro de autoridades do Mercosul para discussão de um sistema de indicadores de direitos humanos em âmbito regional de integração econômica.

A atualização do SIM Direitos Humanos será realizada em 2007, com a proposta de atualização com base em dados de 2005 e 2006, desagregando-se os dados também pelos 96 distritos da cidade. Estuda-se também a possibilidade de inclusão de outros dados como acesso a justiça, pessoas com deficiência e idosos.

2ª Etapa do SIM – Pesquisa Qualitativa sobre Direitos Humanos

Assim como o SIM Direitos Humanos a pesquisa qualitativa sobre a percepção sobre Direitos Humanos da população faz parte do observatório de Direitos Humanos, cuja estrutura se iniciou em 2005.

Em maio de 2006, foi encerrada e entregue a CMDH a pesquisa qualitativa, elaborada pela empresa Clarice Herzog Associados, sobre a percepção da população sobre os Direitos Humanos.

A pesquisa foi realizada através da combinação das técnicas de discussão em grupo (foi ouvida a população da Cidade de São Paulo: homens e mulheres da classe A, B, C e D, entre 18 e 60 anos); através da entrevista em profundidade (com abordagem direta a presidentes e diretores de 5 empresas que atuam em diferentes áreas); e finalmente através de tríades (foram consultados jornalistas, polícias militares, guardas civis metropolitanos, educadores, operadores de direito, delegados, funcionários públicos e cidadãos engajados em trabalhos comunitários).

O resultado apresentado, demonstrou que estamos caminhando em direção às necessidades da população, dando a elas a possibilidade de perceber que há um órgão público voltado para o direito dos cidadãos, fazendo-os perceber com clareza qual a área de atuação da CMDH; fazendo-os reconhecer os malefícios que causam a desmobilização da população civil para as causas sociais e coletivas; mostrando que sempre existe uma disposição das Subprefeituras para atuar em conjunto com a população; a importância das Subprefeituras para explorarem o potencial de instituições que gozam de credibilidade e respeito da comunidade, e, finalmente, buscar o diálogo em todos os níveis.

3ª Etapa do SIM – O Monitoramento

Tomando-se por base o Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos (SIM-DH) e o resultado da pesquisa de opinião pública realizada pela CMDH, pode-se promover uma ação junto às subprefeituras, que estão executando ações diretas de participação da população local.

No mês de setembro de 2006, foi realizada na Subprefeitura de Campo Limpo a 1ª Oficina de Direitos Humanos e Políticas Públicas.

**Oficina de
Direitos
Humanos nas
Subprefeituras**

No ano de 2006 a CMDH deu início a estruturação de oficinas de Direitos Humanos. Esse trabalho foi iniciado a partir dos resultados apresentados pelo SIM_DH em que foi verificada a necessidade de dedicar uma atenção especial a algumas subprefeituras a fim de melhorar o desempenho de determinados indicadores e divulgar o tema dos Direitos Humanos.

As oficinas foram elaboradas e executadas em parceria com o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC, para os agentes públicos atuantes nas subprefeituras e a população local e, atender as necessidades específicas de cada uma delas escolher os temas do seu interesse e formato utilizado, para que seja o mais adequado possível aos funcionários e atores.

A Programação básica das oficinas para os agentes públicos foi estruturada para fornecer maior embasamento àqueles que fazem atendimento direto à população e promovem as políticas. Além disso, as oficinas buscam sensibilizar para as temáticas de direitos humanos e, assim, prevenir as violações de direitos humanos por parte do agente público, e divulgar os resultados do SIM_DH em cada subprefeitura.

A programação básica proposta foi a seguinte:

1. Histórico e conceitos gerais de Direitos Humanos
2. Papel do Estado: competência de cada um dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), competências dos entes federados, Ministério Público, Procuradoria do Estado e Defensoria Pública.
3. Papel do município na promoção dos Direitos Humanos e atribuições do servidor público.
4. Direitos da Mulher e promoção da igualdade.
5. Discriminação racial e promoção da igualdade.
6. Direitos da Criança e do Adolescente (ECA, Conselhos Tutelares, medidas de proteção e sócio educativas etc).
7. Inclusão da pessoa com deficiência.
8. Violência (doméstica, contra criança e contra mulher).
9. Violência urbana.
10. Populações indígenas

A primeira subprefeitura a iniciar o trabalho foi a do Campo Limpo. A subprefeitura de Campo Limpo recebeu o programa básico para que pudesse escolher os temas mais adequados para serem abordados nas oficinas. Para participar das oficinas foi selecionado um público misto, composto de pessoas da praça de atendimento, da área da saúde, educação e remoção. As oficinas foram realizadas no auditório da subprefeitura de Campo Limpo nos dias 21 e 26 de setembro e 03 de outubro durante todo o dia.

Em novembro, foi feita uma reunião de avaliação com a Subprefeitura de Campo Limpo, onde foi questionado a pequena participação dos funcionários da praça de atendimento, o desequilíbrio entre a participação da Guarda Civil Metropolitana e os outros funcionários, a importância do módulo sobre o papel do Município e o formato da oficina. Está prevista uma próxima oficina para o mês de março de 2007.

**Curso de
Direitos
Humanos e
Direito
Internacional
Humanitário
para Forças
Policiais e de
Segurança
ministrado para
a Guarda Civil
Metropolitana**

A Lei que institui a CMDH, prevê em seu artigo 4º, recomendar a inclusão de matéria relativa aos Direitos Humanos, nos currículos de formação dos integrantes de Guarda Civil de São Paulo.

Visando o cumprimento desta atribuição, a CMDH juntamente com o comando da Guarda Civil Metropolitana (GCM), optou pelo curso de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para forças policiais e de segurança elaborado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que vem sendo ministrado na Polícia Militar do Estado de São Paulo desde 1988, quando introduzido no Brasil pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

A parceria entre o CICV, GCM, PMESP e CMDH formou 24 multiplicadores da Guarda Civil Metropolitana, responsáveis em disseminar os conhecimentos do curso na corporação.

A Guarda Civil Metropolitana visando a continuidade do curso e a apropriação do tema, está programando a realização do 2º curso para fevereiro de 2007, a fim de formar mais multiplicadores.

Dentre as atividades desenvolvidas pela GCM no ano de 2006, ressaltamos também parceria no Curso de Educação à Distância, onde foi inserida matéria relativa aos Direitos Humanos e ações preventivas, que será realizado no primeiro semestre de 2007.

Esse curso visa aprimorar a atuação da Guarda Civil Metropolitana, com incentivo aos guardas concluintes do curso, fundamentado pela Portaria 074/SMG-G/2006, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para valoração e apuração dos pontos relativos à capacitação e participação em atividades realizadas no âmbito da Municipalidade, para fins de promoção por merecimento dos servidores públicos municipais.

Para o curso de Educação à Distância, a CMDH desenvolveu texto explicativo e questionamentos sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, atuação dos GCMs, no que tange a prevenção, o uso da força, bem como a função social que deve ser desenvolvida pelos aplicadores da lei.

**Fórum
Metropolitano
de Segurança**

O Fórum Metropolitano de Segurança Pública de São Paulo é uma organização informal, sem fins lucrativos, suprapartidária, que congrega os prefeitos dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo para, juntamente com especialistas, representantes da sociedade civil e do poder público, discutir, propor, avaliar e apoiar ações para a redução da violência em seus âmbitos.

Com criação do Fórum Metropolitano de Segurança Pública, em março de 2001, marcou-se o início de uma transformação na forma de lidar com o problema da segurança pública, na qual os municípios passaram a desempenhar um papel essencial. O que antes era sinônimo de exclusiva atuação policial e do Governo do Estado passou a ser entendido como um problema complexo para o qual só é possível propor soluções efetivas como a ampla participação de todos os níveis governamentais e de organizações da sociedade civil.

A missão do Fórum Metropolitano de Segurança Pública é promover a redução da violência na Região Metropolitana de São Paulo, particularmente por meio de ações de natureza preventiva e parcerias entre entidades e movimentos

sociais, universidades e os governos municipais, estadual e federal. Portanto, tornaram-se seus objetivos:

- Produzir e disseminar informação, buscando para isso a colaboração dos meios de comunicação social, sobre o programa da violência na Região Metropolitana de São Paulo e as políticas, programas e ações capazes de solucionar o problema.
- Estimular a participação das Prefeituras das Região Metropolitana de São Paulo no debate e na implementação de soluções para o problema da violência, seja através da incorporação da prevenção da violência como uma das dimensões das políticas urbanas e sociais, seja por meio da criação de uma secretaria ou coordenadoria para desenvolver políticas municipais de segurança pública.
- Intensificar a colaboração entre governos municipais e destes com a sociedade civil, a universidade e o setor privado, no desenvolvimento e sustentação de estratégias preventivas de redução da violência, tanto de natureza social como de natureza situacional.
- Promover a colaboração entre os governos municipais, o governo estadual e o governo federal, no desenvolvimento e sustentação de uma política de segurança pública para a Região Metropolitana de São Paulo.

Dessa forma, o Fórum Metropolitano vem contribuindo para que as administrações municipais passassem a desenvolver de forma organizada e integrada, programas e políticas de segurança pública, bem como para a troca de experiências entre os municípios e para produção de conhecimento na área da segurança pública.

O Fórum é subdividido em 4 grupos de trabalho temáticos:

- Informações Criminais;
- Guardas Municipais;
- Controle da Criminalidade e
- Prevenção à Violência e Comunicação Social.

Em plenária são eleitos o coordenador geral e os prefeitos coordenadores dos grupos de trabalho (GTs)

Na décima sétima Reunião Plenária do Fórum Metropolitano de Segurança, realizada no mês de maio de 2006, o Senhor Prefeito Municipal de São Paulo,

Dr. Gilberto Kassab, foi eleito Coordenador Geral do Fórum Metropolitano de Segurança.

Na mesma reunião, o Ministro José Gregori, Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos, foi reeleito, por mais um mandato no cargo de Coordenador de Prevenção à Violência.

**Melhoria da
Administração
do Sistema
Penitenciário**

A CMDH participou do Projeto de Melhorias do Sistema Penitenciário, de agosto de 2005 até julho de 2006 colaborando com o treinamento de funcionários de duas unidades prisionais.

O objetivo da participação de integrantes externos à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) deve-se às características do projeto, que além de investir nos servidores penitenciários e na implantação de uma abordagem de Direitos Humanos nos presídios, necessitaria de parcerias com Organizações Governamentais e Organizações Não Governamentais ligadas aos Direitos Humanos para a sua implantação e monitoramento.

Os eventos de maio de 2006 e a substituição do Secretário da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária resultaram em mudanças nas políticas de segurança e de relacionamento com as instituições externas, que estão sendo avaliadas.

**Central de
Penas e
Medidas
Alternativas**

O programa de Penas e Medidas Alternativas é uma ação da Secretaria de Administração Penitenciária destinado a apoiar o Poder Judiciário na aplicação de penas fora do sistema prisional. Tem como prioridade amenizar a violência, diminuir a taxa de reincidência, assim como o cumprimento de medida no âmbito de um processo educativo e socializador. É um processo descentralizador de política pública, onde a sociedade e a comunidade em acordo com o Poder Executivo e o Judiciário participam do processo, orientando e apoiando os indivíduos em conflito com a Lei.

Central de Penas Alternativas para Mulheres

Desde o início de outubro está funcionando no Centro de São Paulo a Central de Penas Alternativas para mulheres, no Pátio do Colégio. O novo equipamento, fruto de parceria entre a Comissão Municipal de Direitos Humanos, Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e o Ministério da Justiça, é também a primeira experiência de ressocialização de infratoras,

com recorte de gênero e no território nacional. O atendimento acontece de segunda à sexta, das 10h às 17h.

A pena alternativa dá oportunidade de a pessoa manter o convívio social e desenvolver suas aptidões em favor da população.

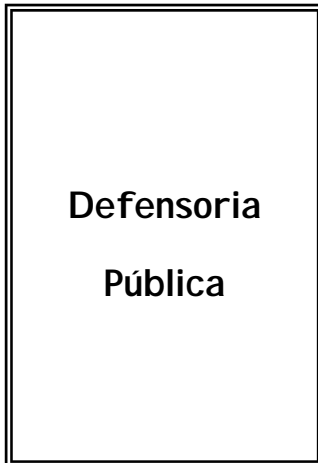
Prestadores de Serviços

A Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH) assinou convênio com o Núcleo de Reintegração Social da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP) no dia 08 de Setembro de 2005, e passou a ser local de cumprimento de penas e medidas alternativas através da Lei 9.099/95, de crimes de baixo potencial ofensivo.

Os prestadores de penas e medidas alternativas prestam serviço gratuitamente na Prefeitura Municipal de São Paulo, na Comissão Municipal de Direitos Humanos, atendendo diversas necessidades de trabalho. Desde então, nove prestadores começaram a cumprir pena alternativa na CMDH.

Descentralização da Central de Penas e Medidas Alternativas

A Comissão Municipal de Direitos Humanos está atuando junto com a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras na instalação de cinco Centrais de Penas e Medidas Alternativas na Capital, uma em cada região da cidade. Tal formalização ocorrerá por meio de um convênio entre o município e o Estado de São Paulo, estando a Subprefeitura de Itaquera em processo avançado de formalização.



A Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi criada através da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Lei Complementar nº. 988, de 09 de janeiro de 2006.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos comemora a criação desse importante órgão de defesa dos direitos humanos que é Defensoria Pública do Estado de São Paulo. A CMDH saúda o Ouvidor-Geral e o Conselho consultivo, nomeados em 2006.

Foi realizada uma reunião da Secretaria Executiva da CMDH com a Defensora Pública Geral e estuda-se uma proposta de atuação em parceria a partir do 1º Semestre de 2007 para implementação dos grupos temáticos na cidade de São Paulo.

**PPCAAM -
Programa de
Proteção a Criança
e ao Adolescente
Ameaçado de
Morte**

Este programa é uma parceria tripartite entre a CMDH, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) para o estabelecimento do PPCAAM – Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte. Seu objetivo principal é a preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte, incluindo aqueles aos quais é atribuída a prática de atos infracionais, garantindo, na medida do possível, os vínculos familiares e afetivos, bem como a inserção social segura.

O convênio entre SEDH, SMADS e CMDH para execução do PPCAAM foi firmado 2004 (convênio 072/2004). Em novembro de 2005 uma organização da sociedade civil foi selecionada e contratada para a execução do programa, que após ajustes de ordem financeira e técnica na mudança de Gestão, levaram

SMADS e CMDH a trabalhar na reformulação deste programa, afinal, aceita pela área federal e objeto de novo convênio.

A partir de novembro a cidade conta com o primeiro programa especializado de proteção à crianças e adolescentes ameaçados de morte, numa primeira fase de verificação concreta das realidades subjacentes à proteção desejada.

O Programa de Proteção, traz em sua gênese a idéia da inserção social através de proteção em local seguro e sigiloso, tendo na sociedade civil organizada e na rede social pública, a alternativa para a construção de uma estrutura básica e solidária de protetores, acompanhada da consolidação da rede de proteção à vida.

A particularidade do programa é revelador de uma ausência de metodologia o que requer uma análise cuidadosa na construção destas novas tecnologias.

Este fato não impediu que pudéssemos atender a todos os adolescentes/crianças que nos procuraram, graças a dedicação e empenho de todos aqueles que se encontram na implantação deste projeto.

A primeira fase de implantação dos programa foi tão positiva, que houve uma procura para o atendimento de crianças e adolescentes com risco de morte além das nossas expectativas, o que nos tem feito trabalhar com um número substancialmente maior do que comporta a nossa capacidade.

Eventos

No ano de 2006, realizamos dois eventos na Cidade de São Paulo, um com o objetivo de integrar o PPCAAM de São Paulo com os outros PPCAAMs do Brasil e o outro evento foi em comemoração ao 1º Aniversário do Projeto PPCAAM.

O primeiro evento foi o Encontro Nacional entre Coordenadores dos Programas de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte, realizado na Cidade de São Paulo nos dias 24 e 25 de outubro de 2006.

Dia 24 de outubro de 2006

Participantes: Representantes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo – SMADS; Comissão Municipal de Direitos Humanos –

CMDH; PPCAAM / São Paulo; PPCAAM / Espírito Santo; PPCAAM / Rio de Janeiro e PPCAAM / Minas Gerais.

Pauta: Apresentação e Discussão das Etapas do Modelo de Procedimento para acolher a Criança e o Adolescente Ameaçados de Morte.

Dia 25 de outubro de 2006

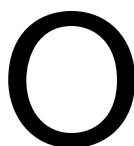
Participantes: Representantes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEADH; Subsecretaria Especial dos Direitos Humanos; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo – SMADS; Comissão Municipal de Direitos Humanos – CMDH; Equipe da PPCAAM São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; Representantes dos Centros de Referência da Criança e Adolescente dos bairros de Itaquera, Penha, Tatuapé, Santana, Lajeado; Representantes da Casa de Acolhida Harmonia e Arte e Representantes do Projeto de Rua para a Vida Cidadã.

Pauta: Período da Manhã – Palestra proferida pela Dra. Carmem Silveira de Oliveira e Debates moderados por Flariston do CPA São Paulo.

Período da Tarde – Continuação da discussão do Modelo de Procedimentos.

O segundo evento realizado no ano de 2006, foi a Comemoração do Primeiro Aniversário de atendimentos pela Associação São Mateus. Neste evento foi apresentado todo o trabalho realizado neste primeiro ano de atividades e em seguida foi apresentado umas palestras sobre risco de morte e risco social.

**Conselho de
Monitoramento
de Políticas
para a
População em
Situação de
Rua**



Conselho de Monitoramento de políticas para a população em situação de rua, foi criado por lei municipal em maio de 2003. Visa facilitar o acompanhamento da implementação da lei 12.316 de 1997, que obriga o poder público a atender esta população, assim como o acompanhamento da sociedade civil, do legislativo e de outras secretarias da execução destas políticas.

Em julho de 2005, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), reativou o Conselho de Monitoramento convidando novos conselheiros a tomarem assento, conforme representatividade definida em lei. A CMDH foi convidada para este Conselho, visando promover os Direitos Humanos na política municipal de atenção à população em situação de rua. Desde julho o Conselho de Monitoramento se reuniu seis vezes.

No ano de 2006, o Conselho se reuniu toda terceira segunda-feira do mês para discutir os assuntos determinados pela pauta organizada pelo comitê executivo, e com sugestões de outros conselheiros. As reuniões são abertas e,

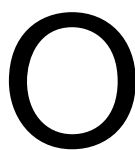
além dos conselheiros oficiais, participam pessoas em situação de rua que podem levar suas denúncias por escrito.

A Comissão Municipal de Direitos Humanos passou a integrar oficialmente o Conselho em 09 de agosto de 2006, com alteração do Decreto que institui o Conselho de Monitoramento pelo Decreto nº47.553, de 08 de agosto de 2006.

Foram realizadas 12 reuniões ordinárias e três reuniões extraordinárias fechadas para os membros do Conselho. Nessas três reuniões extraordinárias foram discutidos: a revisão do regimento interno, o acompanhamento do orçamento das Secretarias Municipais para a população de rua e o acompanhamento da votação na Câmara do orçamento para o próximo ano.

Deve ser destacada, no segundo semestre de 2006, que foi feita uma visita surpresa a Oficina Borácea para apurar denúncias feitas pelos usuários dos Albergues na reunião do Conselho de 21 de agosto de 2006 e a decisão de continuidade dessas visitas pelos membros do Conselho, sendo a última realizada no dia 28 de novembro de 2006.

**Grupo de
Trabalho
Intersecretarial
sobre Pessoas
em Situação de
Rua**



Grupo de Trabalho Intersecretaria para elaboração das diretrizes da política intersetorial de atenção às pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo é composto por representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal do Trabalho, Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Saúde, Comissão Municipal de Direitos Humanos, Secretaria do Governo Municipal, Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, Secretaria Municipal de Serviços, Secretaria Especial de Participação e Parceria. O Grupo de Trabalho iniciou os trabalhos no final de outubro de 2005, realizando reuniões semanais para elaboração de uma política de atenção à população em situação de rua.

Em 2006 foram realizadas reuniões com os membros do Grupo de Trabalho para elaboração de uma proposta de política intersecretarial de atenção à população em situação de rua na cidade de São Paulo. A proposta foi

finalizada e apresentada aos Secretários Municipais em abril. Ocasão em que as atividades do GT foram concluídas.

Em agosto de 2006, o Grupo de Trabalho, definiu um projeto piloto junto a subprefeitura da Mooca com a finalidade de iniciar a aplicação da política apresentada aos Secretários Municipais.

O resultado desse trabalho foi o desenvolvimento de ações que tenham como princípio norteador o fortalecimento do atendente junto à população em situação de rua. Para tanto deverão as Secretarias Municipais atuarem com o mesmo objetivo, devendo, para tanto promover o diálogo articulado entre si, com o objetivo de criar ações ou mesmo qualificar as já existentes. Foi criado um fluxo do atendimento entre as secretarias participantes para a população em situação de rua. Finalmente, definiu-se o instrumental de monitoramento e avaliação a serem implantados inicialmente na Subprefeitura da Mooca, e posterior implantação na cidade.

Em novembro de 2006 as atividades do Grupo de Trabalho foram concluídas, com a apresentação das propostas que cada Secretaria poderá desenvolver no projeto piloto na Mooca, bem como o Fluxo, o instrumental de monitoramento e a Minuta de Decreto Intersecretarial. O tempo para avaliação e monitoramento do projeto terá a duração de 6 meses, iniciando-se a partir de 01/12/06 com o termino em 01/05/07.

Na Política Intersecretarial de atenção à população em situação de rua na Cidade de São Paulo, a CMDH terá como atribuições:

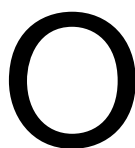
1. Realizar atendimento à população vítima de violação de direitos humanos na cidade de São Paulo, através do “Balcão de Atendimento” da CMDH.
2. Realizar oficinas de direitos humanos para os funcionários públicos, profissionais de organizações sociais e/ou população.
3. Coordenação de Núcleo de Observação das políticas para a população em situação de rua, em parceria com o Observatório de Políticas Sociais da SMADS.
4. Integrar Conselho de monitoramento das políticas para pessoas em situação de rua.

Programa Ação

Família -

Comissão

Intersecretarial



O programa Ação Família dirige-se prioritariamente à população mais vulnerável da cidade e considera que os investimentos públicos no campo da assistência social serão mais produtivos se focados e articulados, de modo a criarem uma sinergia, que possibilite ampliar o acesso desta população à rede de serviços, visando o rompimento do círculo vicioso da pobreza e vulnerabilidade social, substituindo-o por um círculo virtuoso que conduza à situações auto-sustentáveis. A unidade de ação é a família.

A meta de atendimento é de 30.000 famílias em 9 subprefeituras: Campo Limpo, M'Boi Mirim, Parelheiros e Capela do Socorro (Zona Sul); Cidade Tiradentes, Guaianazes, e São Mateus (Zona Leste); Freguesia do Ó, Brasilândia (Zona Norte); e Butantã (Zona Oeste).

Neste sentido foi criada uma Comissão Intersecretarial, enfatizando a importância de estabelecer parcerias e uma articulação entre os serviços e programas das diferentes secretarias municipais.

A CMDH participa desta comissão intersecretarial, disponibilizando o balcão de atendimentos, a mediação e a interlocução da sociedade civil com órgãos

governamentais, além de articular a promoção da intersetorialidade entre todas as secretarias.

As famílias são inseridas no programa por 12 meses, passando por 3 fases: vida em família, família na comunidade e vida de direitos e deveres. Elas terão prioridade na inclusão dos programas de renda dos três níveis do Governo (renda mínima, renda cidadão e bolsa família), no São Paulo é uma Escola (após-escola), nas unidades de saúde e na rede de serviços da Prefeitura.

**Comemoração
da
Declaração
Universal dos
Direitos
Humanos**

Conforme determina o Decreto nº 42.380, Regimento Interno da Comissão Municipal de Direitos Humanos, através do Artigo 32, a CMDH deverá promover comemoração solene no dia 10 de dezembro, data do aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Sendo assim, pelo segundo ano consecutivo, a CMDH comemorou a Promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovendo a segunda feira municipal de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo, no Pátio do Colégio.

O evento teve como principal objetivo fornecer à população da Cidade o conhecimento e apoderamento dos serviços, principalmente públicos, existentes em seu território.

A participação dos órgãos públicos nesse tipo de evento é primordial, por isso contamos com a presença de diversos serviços que estejam disponíveis a população, fortalecendo o exercício da cidadania. Com esta ação pretendem-se melhorar a qualidade de vida da população, estimulando a busca e a realização de ações integradas no interesse comum.

Nestes 2 anos a CMDH já contou com a presença de alguns parceiros: Companhia de Processamento de Dados do Município (PRODAM), Poupa-Tempo, Companhia de Engenharia de Tráfico (CET), Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Participação e Parceria, Coordenadoria da Mulher, Coordenadoria de Participação Social, Coordenadoria da Diversidade Sexual, Coordenadora do Idoso, Coordenadoria de Assuntos da População Negra, Conselho Municipal da Pessoa Deficiente, Subprefeitura Sé, São Paulo Turismo (SPTur), Polícia Militar do Estado de São Paulo, Guarda Civil Metropolitana, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Verde, CEU Cidade Dutra, Secretaria da Cultura do Estado, Projeto Tesourinha, Escola de Ensino Método e Clínica de Massagem Edinho, Instituto São Paulo Contra a Violência, Associação Comercial de São Paulo, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Casa da Criança Betinho, Núcleo Sócio Educativo Perseverança, Projeto Travessia.

Algumas ações foram desenvolvidas, tais como: Oficinas de DST/AIDS, distribuição de camisinhas, exames laboratoriais, avaliação nutricional, medição de pressão arterial, emissão de carteira profissional, emissão de registro de nascimento, balcão de emprego focado na Zona sul, participação do projeto escreve cartas, massagem anti-estresse, avaliação de postura, acesso gratuito a Internet, corte de cabelos, maquiagem, depilação de buço e axilas, trança, limpeza de pele, grupos de dança, grupo de teatros de rua, capoeira e vários grupos musicais.

**Fórum de
Profissionais
de Sexo**

A CMDH, desde o final de 2004, participa de encontros mensais do Grupo denominado Trabalho de Profissionais de Sexo da área temática de DST/AIDS.

A parceria facilitou o entendimento de questões relativas aos Direitos Humanos da população alvo, com uma troca promissora entre a ótica dos Direitos Humanos e a da Saúde, fortalecendo uma abordagem voltada também para questões sociais, de cidadania e relações de gênero.

Com esta preocupação de inserção nas questões relativas ao tema, a CMDH participou do II Fórum Municipal de DST/AIDS enviando sua psicóloga como delegada, para acompanhar as propostas voltadas às populações de rua, indígenas, profissionais de sexo e encarcerados.

A CMDH procura facilitar o acesso a instâncias públicas àqueles que demandam maior atenção. Neste sentido, acredita que o foco em 2007 deverá estar voltado para discussões sobre possíveis dificuldades de implementação de políticas públicas que envolvam a Segurança Pública.

**Aldeia
do
Jaraguá**

Após o recebimento de queixa sobre a precariedade da situação dos índios do Jaraguá, em evento realizado em setembro de 2005, a CMDH vem realizando visitas à Aldeia do Jaraguá. Foram realizadas reuniões na Comissão Municipal de Direitos Humanos, com integrantes da comunidade indígena e com integrantes da área de saúde do município e FUNASA, referente à situação de uma criança com problemas de saúde, que encontra-se abrigada em um equipamento municipal.

Atualmente o caso está sendo acompanhado pelo Ministério Público da União.

A CMDH acompanhou o repasse da verba de saúde da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para a Secretaria Municipal de Saúde.

A demanda pela demarcação e ampliação das terras indígenas do Jaraguá não foi atendida, devido à avaliação de antropólogos da FUNAI, no sentido de que não se tratava de área tradicionalmente indígena;

A solicitação de mudança de localização do posto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atualmente em Bauru, para a área mais próxima da Capital (Santos), encontra-se em estudo

**Saúde
da População
Negra e
outras
minorias
étnicas e
raciais**

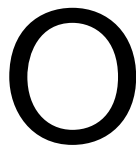
A Coordenaria do Negro e a Coordenação de Desenvolvimento de Políticas Públicas da Saúde, reuniram-se na CMDH com diversas autoridades de notório saber no assunto, para discutir e sugerir a formação de um Comitê Assessor de Política e Consensos Técnicos de Saúde da População Negra.

O objetivo do Comitê é apoiar a Secretaria Municipal de Saúde na articulação de seus órgãos com a sociedade civil e demais setores que o compõem, a fim de contribuir na formulação das diretrizes e prioridades de ação no âmbito da saúde da população negra, respeitando e fortalecendo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

O planejamento das ações da população negra segue as resoluções da I Conferência, ancorando-se nos dados produzidos pelo Sistema Municipal de Informação/Coordenação de epidemiologia e informação (CEINFO), a qual determina dentro de um universo de necessidades as prioridades mais emergentes.

Finalmente no dia 10 de junho de 2006, foi publicada a Portaria 907-SMS, constituindo no âmbito da Secretaria o Comitê Assessor de Política e Consensos Técnicos de Saúde da População Negra e outras minorias étnicas e raciais.

**Planejamento
Estratégico
IBAM -
Instituto
Brasileiro de
Administração
Municipal**



IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal – uma organização da sociedade civil carioca de apoio aos municípios trabalha com o tema de gestão pública e direitos humanos desde 1996.

No segundo semestre de 2005 a Comissão Municipal de Direitos Humanos apoiou o IBAM no lançamento em São Paulo do livro Gestão Pública Municipal e Direitos Humanos. Este livro é o resultado parcial de um projeto financiado pela Fundação Ford que capacitou gestores públicos de direitos humanos em 5 regiões metropolitanas de diferentes unidades da federação. O livro aborda os dois Planos Nacionais de Direitos Humanos existentes no país, fazendo uma análise comparativa destes instrumentos, relata o resultado das oficinas realizadas e avalia as distintas alternativas para a institucionalização dos direitos humanos nas administrações municipais.

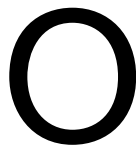
A segunda fase do projeto desenvolvido pelo IBAM, é o apoio técnico a dois municípios brasileiros. A Cidade de São Paulo, por ser um dos poucos locais que já conta com um órgão governamental voltado para os direitos humanos, foi um dos municípios escolhidos.

Para a Capital de São Paulo foi desenvolvido um trabalho de consultoria especializada na elaboração do Planejamento Estratégico da Comissão Municipal de Direitos Humanos para o biênio 2007/2008, o que levou a equipe

da CMDH, a definir os seus objetivos estratégicos, as ações a serem colocadas em prática e as metas a serem atingidas.

Todo material utilizado no desenvolvimento e implantação do Projeto Técnico, deverá ser objeto de uma publicação.

**Tráfico
de
Seres
Humanos**



Comitê Paulista de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos é uma instância colegiada, com a participação da Comissão, que reúne instituições públicas e privadas interessadas em contribuir, direta ou indiretamente, para a prevenção e enfrentamento do tráfico de seres humanos no Brasil, em especial, no Estado de São Paulo.

O Comitê tem por objetivo incentivar o desenvolvimento de ações voltadas à prevenção e enfrentamento do tráfico de seres humanos.

- Facilita a aproximação entre diversas instituições públicas e privadas que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e enfrentamento do tráfico de seres humanos, mediante a integração e a formação de redes sistêmicas de ações;
- Identifica oportunidades e propor ações integradas de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos;
- Monitora, de forma sistemática, as políticas nacional e estadual de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos;
- Realiza debates, oficinas, seminários e outros eventos relacionados ao tráfico de seres humanos e a estratégias para a sua superação;

- Estimula o desenvolvimento de publicações, estudos e pesquisas sobre o tráfico de seres humanos, em qualquer de suas modalidades;
- Manifestar-se sobre temas e acontecimentos relacionados, direta ou indiretamente, ao tráfico de seres humanos;
- Estabelecer vínculos de cooperação com outras instituições nacionais e internacionais que atuam na área.

Em 2006, o Comitê Paulista realizou durante o ano reuniões quinzenais, com o objetivo de discutir propostas e estratégias de enfrentamento da questão. O Instituto Latino Americano de Direitos Humanos (ILADH) realizou uma capacitação em julho de 2006 para 56 Inspetores da Guarda Civil Metropolitana, com o objetivo de formar multiplicadores que transmitam informações aos Guardas que atuam diretamente nas ruas e bairros, sensibilizando-os a uma escuta diferenciada e a um olhar treinado para detectar possíveis situações de tráfico de pessoas.

Em novembro, o ILADH em conjunto com a Subprefeitura da Sé, a Comissão Municipal de Direitos Humanos e o CADS, promoveu um Seminário, com a proposta de conhecer e preparar os atores que participam diretamente da abordagem aos moradores de rua e a comunidade local.

Todas essas ações culminaram na assinatura de um termo de cooperação entre o Comitê Paulista de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e a Secretária de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, órgão responsável pelo Escritório de Atendimento a Vítima do Tráfico de Seres Humanos.



O Nós do Centro é um Projeto Inclusão Social Urbana ALA/BRA/ 2005/ 017-576 entre a União Européia/Prefeitura da Cidade de São Paulo e que está delimitado territorialmente no centro expandido da cidade de São Paulo englobando 12 distritos em 2 sub-prefeituras e propõe intervenções em micro-regiões, com população de alta vulnerabilidade social e de alta concentração de cortiços. O trabalho é desenvolvido por Planos de Desenvolvimento Local, realizados nos Escritórios de Inclusão Social, sendo o primeiro piloto montado na região do Glicério.

O objetivo geral do Projeto é contribuir para a inclusão social no Centro de São Paulo, e incluir social, econômica e culturalmente os grupos mais vulneráveis e o objetivo específico é aumentar o nível de renda, elevar o padrão de vida e melhorar a situação social dos grupos-alvo e os propósitos do Projeto são quatro:

- Identificar e cadastrar a população socialmente excluída, possibilitando que ela se beneficie de programas públicos e não-públicos existentes.

- Gerar oportunidades de emprego e fortalecer várias formas de microempreendimentos de economia solidária que “incluam” economicamente os grupos socialmente excluídos.
- Aumentar a inclusão de mulheres, em especial dos grupos mais vulneráveis e expostos (jovens, idosas e afrodescendentes).
- Fortalecer o modelo de gestão de programas de inclusão social de larga escala nos bairros centrais de São Paulo.

A Coordenação do Projeto é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), que detém a titularidade para a gestão dos fundos provenientes do financiamento. Além da própria SMADS, participam do Projeto as Secretarias Municipais de Participação e Parceria, de Cultura e do Trabalho.

A Unidade Gestora do Projeto está coordenando e promovendo o intercâmbio de experiências com outros projetos semelhantes no mesmo setor na mesma região, em particular com aqueles que recebem financiamento da Comunidade Européia.

A CMDH participou da primeira reunião dos debates do Conselho de Intersecretarias do Projeto Inclusão Social Urbana/Nós do Centro no dia dois de outubro do ano de dois mil e seis. Estavam presentes os componentes do Conselho Intersecretarial e representantes de outras Secretarias Municipais. A Secretaria Municipal de Habitação apresentou as atividades referentes ao Programa de Cortiços que tem o intuito de prover melhorias nas condições de habitação desses cortiços. A Supervisão Técnica da Saúde da Sé apresentou os planos de trabalho para a região do Centro.

Como o objetivo da reunião é conhecer os trabalhos realizados pelas outras Secretarias e somar esforços para que cada vez mais se aperfeiçoem em prol da comunidade do centro de São Paulo, a CMDH, por se localizar no centro, foi convidada a expor as suas atividades na reunião do dia 14 de dezembro de 2006.

**PROJETO
URB-AL**

Desde março de 2006, o município de São Paulo foi contemplado com um financiamento da URB-AL/Rede 10 para o projeto “Cidades e Cidadãos/ãs pela inclusão social”. Por indicação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, a partir de abril do corrente ano a gestão do referido projeto passou a ser realizada pela Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH), que participou do 1º Seminário da rede em Montevideú.

O projeto tem como objetivo contribuir para uma melhor abordagem, por parte dos governos locais e da sociedade como um todo, dos fenômenos relacionados com a problemática da exclusão/inclusão tanto na União Européia quanto na América Latina. A proposta é gerar informação mais completa e atualizada sobre este fenômeno e melhorar o acesso à cidadania, a fim de fortalecer os processos e modelos de participação cidadã e a descentralização em suas diversas expressões.

A CMDH apresentou uma proposta que objetiva dar continuidade ao trabalho realizado anteriormente pelo SIM_DH, e promover uma análise aprofundada sobre as dificuldades de acesso a direitos que levam à exclusão social nas áreas de menor garantia de direitos humanos de forma a contribuir para uma intervenção local que minimize tal situação de vulnerabilidade.

O projeto tem como objetivos específicos: a produção de um mapa georeferenciado com os equipamentos públicos e não-governamentais, a divulgação e discussão desse mapa com os gestores públicos e sociedade civil e a realização de uma pesquisa junto à população de áreas de precária garantia de forma a identificar as principais razões que impedem e/ou dificultam o acesso ao direito.

**Prêmio
Municipal de
Direitos
Humanos**

Para desempenhar com eficácia a sua missão que é a de defender, proteger e promover os Direitos Humanos das pessoas, bem como fomentar a inserção do tema nas políticas públicas do município, a Comissão Municipal de Direitos Humanos, pretende instituir o 1º Prêmio Municipal de Direitos Humanos por meio de um concurso de filmes e vídeos de curtas-metragens que irá compor o Festival de Curtas Metragens em Direitos Humanos, denominado “Entre Todos”, com o objetivo de promover o debate entre ativistas de direitos humanos, professores, estudantes, servidores públicos e a comunidade em geral através do vídeo.

O Festival compreenderá a inscrição, a seleção e a exibição dos curtas-metragens que posteriormente serão apresentados em uma Mostra Competitiva, no Centro Cultural São Paulo – Vergueiro, no período compreendido entre 22 de novembro de 2006 e 30 de junho de 2007, e orientando-se pela pluralidade de significados que pode ser atribuída ao conceito de direitos humanos, criou seis categorias temáticas. “Origem e

Deslocamentos”, “Mundo Interior”, “TecnoCultura”, “Núcleos e Nichos”, “Cotidiano” e “O Lugar do Corpo”.

Partiu-se da concepção de integralidade dos direitos humanos, para a proposição das categorias desse Entre Todos - Festival de Curtas Metragens de Direitos Humanos que enfocam, não gerações de direitos, mas temas que perpassam pelos direitos humanos como um todo

Ao final de cada dia do Festival, deverão ser organizados debates em torno das temáticas referidas. Para esses debates previstos durante a Mostra Competitiva do Festival, serão necessários professores e pesquisadores para coordenarem as mesas que serão formadas na oportunidade.

Em paralelo à Mostra Competitiva, deverão acontecer ações culturais com a previsão de outras manifestações artísticas.

O Festival tem um caráter multiplicador e com o objetivo de democratizar e atender às regiões de precária garantia em direitos humanos conforme o Sistema Intraurbano de Monitoramento –SIM DH, deverão ser exibidos alguns curtas-metragens selecionados em forma de projeções itinerantes.

O Prêmio Municipal de Direitos Humanos foi instituído pela Portaria SGM/CMDH 1/2006 a ser outorgado anualmente, a pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem na promoção, defesa e divulgação dos direitos humanos, ou àquelas escolhidas por meio da realização de trabalho cultural específico relacionado ao tema “direitos humanos”.

Caberá à Comissão Municipal de Direitos Humanos a definição do segmento cultural a ser escolhido para elaboração dos trabalhos, do regulamento da premiação e demais medidas dela decorrentes.

Refugiados e Migrantes

A Comissão Municipal de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo, em parceria com Presença da América Latina, Centro de Apoio ao Migrante / Serviço Pastoral do Migrante e Cáritas Arquidiocesana de São Paulo organizaram um ciclo de palestras sobre “Direitos Humanos, Migrantes e Refugiados” em 2006.

A CMDH realizou reuniões periódicas em sua sede, a fim de discutir questões relevantes ao tema dos direitos humanos de migrantes e refugiados na cidade de São Paulo. A partir da discussão sobre o Anteprojeto da lei de estrangeiros apresentado pelo Ministério da Justiça para discussão pública em 2005, entendeu-se que é preciso ter em vista para redimensionar a discussão os parâmetros internacionais de proteção aos direitos humanos dessa população. Nesse sentido, foi considerado como instrumento fundamental a Convenção Internacional para Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1990 e em vigor desde julho de 2003. Vale ressaltar que dentre as propostas de ações governamentais no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II), consta a ratificação dessa convenção. Entretanto, tal documento não foi ratificado pelo Estado Brasileiro até o presente momento.

Assim, tendo em vista a necessidade de aprofundar e difundir o conhecimento sobre os temas Direitos Humanos, Migrantes e Refugiados e lançar uma Campanha em prol da Convenção Internacional para Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias, foi organizado o seminário Direitos Humanos, Migrantes e Refugiados.

O seminário contou com palestras mensais sobre temas específicos apresentados por professores e especialistas renomados, tendo seu encerramento em dezembro com um seminário final para discussão sobre a

Convenção Internacional para Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias.

As palestras foram realizadas nas seguintes datas:

11 de agosto – Palestra proferida pelo Ministro José Gregori e Dr. Guilherme Cunha, que abordaram as questões ligadas aos Direitos Humanos, Migrantes e Refugiados.

12 de setembro – Na segunda palestra tivemos como expositores: Dr. Luiz Varesa, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil, Madre Rosita Milesi, Instituto Migrações e Direitos Humanos e Dr. Luiz Barsagia, Secretário Nacional do Serviço Pastoral dos Migrantes e do Grito dos Excluídos Continental. O tema abordado foi “Migrantes e Refugiados”. A coordenação dos debates foi feita pelo Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos – CMDH, Ministro José Gregori.

17 de outubro – Foi realizado a Terceira Palestra, cujo tema foi “Relações Internacionais, Legitimidade e os Direitos Humanos” e os expositores foram o Professor de Geografia da USP – Dr. Hanz Dieta Heidemam e o Professor de Direito Constitucional da PUC-SP e Diretor da CONECTAS Direitos Humanos, Oscar Vilhena. A coordenação dos debates foi feita pelo Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos, Ministro José Gregori.

06 de novembro – Tivemos a quarta e última palestra de Seminário Direitos Humanos, Migrantes e Refugiados, o tema foi “Estado de Direito e Direitos Humanos” e os expositores foram a Dra. Flavia Piovisan e o Dr. Dalmo Dalari – que falaram sobre os aspectos ligados ao Estado de Direito e a Constituição. A Coordenação dos debates foi feita pelo Coordenador da Comissão Municipal de Direitos Humanos, Dr. Walter Foster Júnior.

13 de dezembro – Dia Internacional do Imigrante – Poder Público e Sociedade Civil – este evento foi realizado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, para lançamento da Campanha em Prol dos Direitos Humanos,

Migrantes e Refugiados. Adesão do Brasil à Convenção da ONU, para Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de nas famílias e a nossa Lei do Estrangeiro, com este evento encerramos os Seminários “Direitos Humanos, Migrantes e Refugiados”.

A CMDH acompanhou ainda, ao longo de 2006, as atividades desenvolvidas pela Secretaria Especial de Participação e Parceria no âmbito do projeto URB-AL “Integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza” – que tem por objetivo realizar uma pesquisa sobre a imigração a cidade de São Paulo em parceria com a União Européia (projeto URB AL – rede 10).

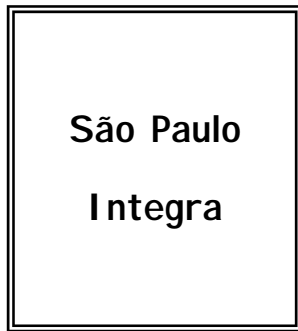
Esse projeto tem Granada/Espanha como cidade coordenadora, e também integrando este projeto Nanterre (França), Quito (Equador), Junín (Argentina), FAMSI – Fondo Andaluz de Municipios para la Solidaridad Internacional (Espanha).

Espera-se que o projeto traga visibilidade para o tema, gerando programas e ações que favoreçam a integração dos imigrantes em nossa cidade e que possa, como consequência, fomentar políticas públicas específicas para esse segmento.

Ações previstas:

- Realização de um estudo exploratório sobre as condições sócio demográficas dos imigrantes na cidade de São Paulo
- Proposta para a capacitação de funcionários públicos que desenvolvam alguma ação com imigrantes
- Elaboração de um guia de boas práticas de projetos com imigrantes
- Elaboração de proposta sobre a criação de um observatório da imigração na cidade de São Paulo
- Criação de uma página alimentada pelas cidades sócias na WEB sobre o projeto

Como finalização desse projeto, foi realizado em dezembro um seminário internacional com a presença de todos os representantes das cidades sócias.



A fim de acompanhar as atividades desenvolvidas nas subprefeituras da cidade, a CMDH tem acompanhado as reuniões do Projeto São Paulo Integra, da Secretaria da Coordenação das Subprefeituras, através da Coordenação de Projetos Comunitários.

Tal projeto propõe que cada subprefeitura tenha um Núcleo de Integração Comunitária (NIC), composto por funcionários de diferentes áreas como saúde, educação, ação social, comunidade etc, tendo como objetivo: fortalecimento de formas participativas existentes em âmbito regional; planejamento, coordenação e organização dos sistemas locais; estabelecimento de formas articuladas de ação, planejamento e gestão nas subprefeituras e entre elas; articulação para desenvolvimento local e implementação de políticas públicas, potencializando as vocações regionais e de interesse da população local; ampliação e melhoria da qualidade dos serviços públicos e potencialização dos recursos públicos.

Em agosto, a CMDH apresentou o SIM Direitos Humanos em reunião geral dos representantes de cada uma das 31 subprefeituras da cidade de São Paulo. Ao longo do segundo semestre, a CMDH divulgou as atividades realizadas e a proposta de realização de oficinas de direitos humanos nas subprefeituras, assim como acompanhou o desenvolvimento de alguns Núcleos de Integração Comunitária, contribuindo para sua formação e encaminhamento de denúncias recebidas.

**Conselho
Estadual de
Direitos
Humanos/
Subcomissão de
Integração com
Órgãos Públicos
da Polícia Militar**

Como membro da Subcomissão de Integração com órgãos públicos do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Polícia Militar, a CMDH auxiliam na articulação das parcerias com órgãos públicos municipal, estadual e federal, visando a formação de uma rede de serviços que dará suporte para as forças policiais nos encaminhamentos dos casos.

A rede de serviços foi disponibilizada, a partir do ano de 2005, via Internet, à todas as polícias e comunidades em geral, procurando esclarecer as funções e as características de cada serviço prestado pelo órgão.

No ano de 2006 a Polícia Militar promoveu um estudo para a reformulação da Polícia Comunitária, com a finalidade de a tornar mais efetiva, o que já deverá ocorrer no início do ano de 2007.

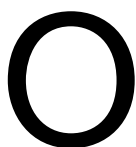
**Acompanhamento
das ações da
Secretaria
Municipal de
Serviços para os
Catadores de
Resíduos Sólidos
na Cidade**

As várias reuniões realizadas em 2006 com os Catadores de Resíduos, deram subsídio à Secretaria Municipal de Serviços, para que pudessemos procurar atender às demandas e procurar os recursos necessários à sua execução.

Entre as ações planejadas, está a construção de UTC piloto na região do Glicério, que está recebendo financiamento do Banco Interamericano e do Desenvolvimento – BID, com previsão par ao início das obras no primeiro semestre de 2007.

4. PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS EM EVENTOS

Congresso
Brasileiro de
Direitos
Humanos,
Sociedade e
Estado



O I Congresso Brasileiro de Direitos Humanos, Sociedade e Estado realizado nos dias 31 de maio a 2 de junho de 2006, em Natal – RN, foi um evento destinado à reflexão acerca dos Direitos Humanos e as relações travadas entre a sociedade e o Estado, apresentando os três eixos temáticos: direitos humanos, sociedade e Estado.

A abordagem foi teórica e prática, trabalhando-se as formas de parceria entre as organizações não-governamentais (ONGS) e demais entidades da sociedade civil organizada com as instituições estatais, fomentando-se, assim, uma imbricação entre as visões oficiais e da sociedade acerca dos problemas e assuntos que envolvem os direitos humanos.

**I Mostra São
Paulo Aqui Tem
Paz**

Nos dias 11 e 12 de novembro de 2006, foi realizada a I Mostra São Paulo Aqui tem Paz, onde foram apresentados os trabalhos das organizações sociais que atuam em prol da Cultura de Paz e não-violência na cidade de São Paulo.

A Comissão ficou responsável pela sala temática “Rejeitar a Violência, em que varias Ongs apresentaram os trabalhos desenvolvidos em prol da cultura de Paz”.

A idéia surgiu depois dos acontecimentos turbulentos na cidade em maio de 2006, que mostraram mais uma vez a necessidade de trazermos a público tudo o que já vem sendo feito para transformar a realidade violenta em que vivemos.

**I Encontro
Brasileiro de
Direitos Humanos
em Curitiba**

O Encontro Brasileiro de Direitos Humanos teve como tema “Uma Pós Graduação em Direitos Humanos”, realizado no Centro de Convenções de Curitiba, nos dias 31/07/06 a 03/08/06.

Foram ministrados neste encontro cerca de 59 temas das diversas áreas relacionadas aos Direitos Humanos e elaborada a Carta Brasil Direitos Humanos 2006, onde a Comissão Municipal de Direitos Humanos indicou item nº 25. Propondo que os municípios brasileiros, procurem constituir no âmbito de suas atribuições institucionais e legais, comissões partidárias entre servidores públicos e municipais, com o objetivo de difundir e zelar pela efetividade dos direitos humanos junto à comunidade.

O município de São Paulo foi escolhido para sediar o próximo Encontro em 2008.

**Presença do
Secretário
Executivo do
Ministério da
Justiça na sede
da CMDH**

Encontro promovido pelo Ministro José Gregori, Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos – CMDH, com o Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Dr. Luis Paulo Barreto, e, os representantes das Organizações não Governamentais – ONG’s, que atuam com Migrantes e Refugiados. Na ocasião o Senhor Secretário expôs a todos os presentes a posição do governo brasileiro quanto à Lei das Estrangeiros e a Ratificação da Convenção da Organização das Nações Unidas – ONU, para a proteção dos Direitos dos Migrantes e suas famílias.

**VI Colóquio
Internacional de
Direitos Humanos**

Formação em temas de Direitos Humanos Internacionais Contemporâneos – realizado em São Paulo, de 11 a 17 de novembro de 2006, organizado pela CONECTAS Direitos Humanos e pelo SUR – Rede Universitária de Direitos Humanos. Contou com a participação de 60 ativistas de Direitos Humanos e 28 acadêmicos de diversos países do hemisfério sul (América Latina, África e Ásia). A Comissão Municipal de Direitos Humanos, participou da coordenação do Grupo de Trabalho sobre Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos.



Listamos abaixo outros eventos nos quais a CMDH esteve presente, visando a promoção dos Direitos Humanos:

- Reunião Preparatória para Conferência Metropolitana do Idoso – Associação Nacional de Gerontologia – Seção São Paulo – Integrar Direitos Humanos e Idosos
- Seminário Internacional de Encerramento do Projeto dos Imigrantes da URB-AL, Secretaria de Participação e Parcerias – Integração dos Imigrantes na Cidade como forma de Combater à Pobreza
- Encontro sobre Migrantes e Refugiados – atendimento rede municipal de educação, participação e parcerias, saúde – Verificação de problemas para proposição de políticas públicas para refugiados e imigrantes sem documentos
- 7º Encontro sobre e com Migrantes – Integração dos Imigrantes na Cidade como forma de Combate à Pobreza
- 2º Reunião com a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil – Apresentação de Programas Estratégicos para Erradicação do Trabalho Infantil
- Oficina Indicadores de Direitos Humanos – Discutir proposta de Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos – IBGE (Rio de Janeiro)
- Fórum de Saúde da População de Rua – Discutir as questões de saúde, das informações e sobre o PAC – Apresentar pesquisa sobre a saúde da população de rua

- Fórum da Cidadania contra a Violência – Discutir Tema da Segurança Pública. Discutir estratégias de atuação na área da SAP – Grupo de Trabalho: Justiça Criminal – discutir e promover políticas, programas e ações de redução do crime e da violência no Estado de São Paulo – realizado pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA)
- Projeto Justiça Educação: Parceria para a Cidadania nas Varas Especiais da Infância e Juventude da Capital – Região Heliópolis – Implementação de um modelo experimental de Resolução de Conflitos que envolvam adolescentes por práticas restaurativas
- Fórum do Enfrentamento à Violência – Mostra a influência do abuso sexual no desenvolvimento do indivíduo
- Seminário “Articulando redes para o Enfrentamento da Violência Doméstica e Sexual – Região Sul - SP – Impulsionar o processo de Rede de Serviços para o Atendimento à Pessoa em Situação de Violência Doméstica e Sexual nas Regiões Sul
- Mostra Aqui Tem Paz – Organizar a 1ª Mostra Aqui Tem Paz de São Paulo
- Apresentação da Pesquisa Nacional de Penas Alternativas / Ministério da Justiça e ILANUD – Mesa de Estudos e Debate sobre a Aplicação de Penas e Medidas Alternativas no Brasil
- Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos – Troca de Experiências em Projeto de Educação em Direitos Humanos
- Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos – 1º Curso de Multiplicadores da Guarda Civil Metropolitana
- Seminário Internacional da ACAT/Brasil – A Proibição de Tortura um Princípio Ameaçado
- Seminário da ACAT/Brasil do Continente Americano – Apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela ACAT no Continente Americano.
- Encontro Brasileiro de Direitos Humanos – Um aprofundamento da realidade em Direitos Humanos
- IV Conselho dos Povos Indígenas dos Estado de São Paulo – Reunião do Grupo de Trabalho em Brasília – resultado da Conferência Estadual de Educação Indígena

- Debate “A Educação no Sistema Penitenciário” – Mais formais e informais – Problemas enfrentados e troca de experiências
- Metodologia “Aprimorar” do UNICEF – Diagnosticar pontos críticos da rede de enfrentamento dos direitos das crianças e adolescentes.
- Segurança e condições de trabalho das trabalhadoras do Sistema Prisional – Questionar responsabilidades
- IV Oficina “A qualidade do atendimento à mulher em situação de violência doméstica e sexual”.
- Seminário Tribunal Popular – Sensibilizar o poder público para atender com a maior urgência a problemática ética da comunidade.
- Parcerias CMDH com ENCE/IBGE em função do SIM-DH – Definir participação da CMDH na CONFEST e outras atividades correlatas para divulgar e discutir mais criação de Direitos Humanos
- I Congresso Brasileiro de Direitos Humanos – Sociedade e Estado – Apresentar o SIM Direitos Humanos
- X Conferência Nacional de Direitos Humanos – Construção do Plano Nacional de Direitos Humanos II
- 2ª Reunião para a construção de “Protocolo” para uma rede de serviços no atendimento à pessoa em situação de Violência Doméstica e Sexual na Zona Sul de São Paulo.
- Fórum de Enfrentamento à Violência e Implantação dos Pólos de Prevenção à Violência Sexual contra Criança e o Adolescente.
- Inauguração do 2º Centro de Cidadania da Mulher de Itaquera – Atender a demanda de mulheres da região que encontram-se em situação de vulnerabilidade
- Reunião de Conselho Consultivo GLBTT – Discutir projeto de sensibilização de professores da rede de ensino municipal a lidar com a diversidade sexual
- Oficina de Governança Municipal – Apresentação do Projeto Governança Municipal (SEADE, Casa Civil, Governo de São Paulo, FUNDUNESP e de experiência de produção de indicadores municipais, inclusive do SIM Direitos Humanos)
- Audiência Pública sobre a FEBEM e Sistema Prisional – Discutir a visita feita pelo Ouvidor Pedro Montenegro, da Comissão de Combate à

Tortura e à Violência Institucional da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e debate dentre entidades e deputados a relação com as instituições

- XXVII Período Extraordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos – Acompanhar as Audiências Públicas dos Casos Contenciosos e Medidas Provisórias tratados no XXVII Período Extraordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos
- Conferência Regional das Américas Santiago mais 5 (Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outros formatos de intolerâncias – com a presença do Sr. José Dougam Beaca – Coordenador da Divisão Contra Discriminação do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos
- Oficina de Planejamento – Plano de Desenvolvimento do Projeto “Para uma Paz” – Discutir assuntos relacionados a problemas concretos (violência, tráfico, pedofilia, etc) conflitos de interesse, no Parque Ibirapuera
- Defensoria Pública no Estado de São Paulo – Avaliação da Lei de Criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Planejamento das próximas atividades do Monitoramento pela Defensoria Pública
- Audiência no Tribunal de Justiça de São Paulo – Massacre do Carandiru
- II Encontro de Assistentes Sociais da Saúde do Hospital Ipiranga – Comemoração do dia do Assistente Social – Ética e Cidadania / Dinâmica e Reflexões
- Lançamento do Relatório da Fundação Interamericana de Direitos Humanos

5. AGENDA DO PRESIDENTE DA CMDH

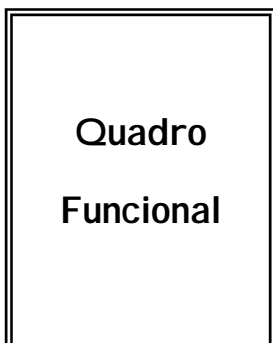
Principais compromissos da agenda do Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos em 2006:

- Fórum Metropolitano da Segurança
- Entrevista à Folha de São Paulo – Carandiru
- Entrevista a CBN sobre o Projeto de Proteção a Criança e Adolescente Ameaçados de Morte
- Plenária realizada na Subprefeitura da Zona Sul – Democracia Participativa
- Vista do Emissário do PNUD – Projeto das Nações Unidas para o Desarmamento
- Palestra Capacitação em Direitos Humanos – Academia da Polícia Militar de Barro Branco
- Plenária realizada nas Subprefeituras da Zona Leste e da Zona Norte – Democracia Participativa
- Abertura da Semana de Relações Internacionais na FAAP – Palestra sobre o Sistema ONU
- Palestra proferida no Carrefour – Sobre Ética na Empresa
- Inauguração do Museu da Tolerância
- Recepção ao Dalai-Lama – Abertura do Seminário Compaixão e Sabedoria – Construção da Saúde
- Palestra sobre a ONU e os Direitos Humanos, na FAAP – Faculdade de Relações Internacionais.
- Seminário sobre Liberdade Assistida realizado na Associação dos Advogados de São Paulo – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – PNUD e CMDH
- Seminário sobre Adoção em Direitos Humanos organizado pela Prefeitura Municipal de Jundiá
- Entrevista na TV Educativa de Jundiá
- Solenidade de entrega de espadas para formados da Academia da Polícia Militar de Barro Branco

- Abertura do Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – com a presença do Dr. Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Dr. Floriano Pesaro, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
- Palestra na Ordem dos Advogados do Brasil de Ibiúna – Discriminação e Direitos Humanos
- Abertura do Congresso de Associação Contra a Tortura
- Inauguração do Centro de Direitos Humanos no Combate a Homofobia
- Palestra proferida na abertura do Seminário de Classificação Indicativa e Publicação do Livro “Classificação Indicativa” – Ministério da Justiça
- Palestra sobre Sistema Intraurbano de Monitoramento de Direitos Humanos (SIM – DH), na Subprefeitura Freguesia do Ó
- Participação na Festa de Comemoração dos 16 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA
- Entrevista para a TV SESC – Programa “Justiça” – Tema: Direitos Humanos
- Palestra na Abertura da Semana Internacional sobre Armas e Drogas
- Pacto pelos Direitos Humanos – Sistema ONU – participação do Dr. Paulo Vannuchi, Secretário Especial dos Direitos Humanos e do Ministro José Gregori, e outras autoridades jurídicas e religiosas
- Seminário sobre o SIM – DH, realizado no auditório da Prefeitura do Município de São Paulo
- Palestra sobre a Federalização dos Crimes Contra os Direitos Humanos, realizada no Auditório da Prefeitura do Município de São Paulo
- Semana de Segurança Internacional – Crime Organizado – Tráfico Internacional de Armas e Drogas – Fundação Getúlio Vargas – CONECTAS / PNUD
- Encontro de Formação de Educadores – Subprefeitura da Sé – Direitos Humanos Inclusão Social – realizado na Pinacoteca
- Cerimônia Ecumênica realizada na Catedral da Sé, em solidariedade às vítimas e esforços da Segurança de São Paulo pelos atentados ocorridos no mês de maio
- Cerimônia realizada na Catedral da Sé em sufrágio dos desaparecidos ou mortos pela Ditadura (traslado dos restos mortais)

- Palestra sobre Direitos Humanos proferida na Faculdade de Administração Hospital, Instituto Brasileiro de Administração e Pesquisa Hospitalar
- Fórum da Cidadania Contra a violência, realizado na Fundação Getúlio Vargas
- Inauguração do Instituto de Zero a Seis Ano
- Participação no lançamento da Cartilha dos Idosos
- Palestra sobre Direitos Humanos e Justiça, proferida no Fórum da Cidade realizada no SEJUR
- Semana da Segurança Internacional – Crime Organizado – Tráfico Internacional de Armas e Drogas – organizada pela Fundação Getúlio Vargas e CONECTAS/PNUD
- Visita à Comissão Municipal de Direitos Humanos – CMDH, do representante do Comitê internacional da Cruz Vermelha – CICV, para o Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, Sr. Michel Minnig, acompanhando da Coordenadora do CICV no Brasil, Sra. Silvia Backas
- Seminário sobre a Lei dos Desaparecidos realizado pelo CONECTAS e SEDH, em Brasília
- Seminário sobre Risco Social e Risco de Morte, realizado pelo PPCAAM
- Participação no Seminário sobre o Projeto ONU e Objetivos do Milênio, em Direitos Humanos, realizada na Cidade de Bueno Aires – Argentina
- Participação na Abertura do Centro de Referência de Combate ao Racismo e Xenofobia
- Participação na Abertura do Colóquio do CONECTAS, realizado na Fundação Getúlio Vargas.
- Palestra sobre o papel do 3º setor na perspectiva dos Direitos Humanos, realizado no SESC
- Participação no Fórum da Cidadania realizada na Bolsa de Valores de São Paulo BOVESPA
- Participação no Fórum Metropolitano de Bioética e os Direitos Humanos, realizado no Auditório do Hospital São Camilo
- Participação na Inauguração do Projeto São Paulo e Paz, realizado Bairro do Grajaú.

6. APRIMORAMENTO E CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS



Um dos desafios do ano de 2005 foi a criação de um quadro funcional da CMDH e uma rubrica no orçamento do município, já que até então dependia de outras secretarias, que cediam funcionários e verbas para o funcionamento desta Comissão.

A independência se deu com a publicação do Decreto nº 46001 de 27 de junho de 2005, o qual transfere para Gabinete do Prefeito, destinando-se à Comissão Municipal de Direitos Humanos, 8 cargos que atenderam parcialmente às necessidades de funcionalidade deste órgão.

Em 2006, o decreto 46972 de 3 de fevereiro completou a solicitação transferindo para o Gabinete do Prefeito, destinado à Comissão Municipal de Direitos Humanos, mais 4 cargos de livre provimento, sendo 3 destinados a servidores municipais de carreira.



De acordo com a Lei nº 01.0632/2005 do executivo, foi incluso na unidade 11 do Gabinete do secretário de Governo a dotação orçamentária 14.422.0350.2141 – Comissão Municipal de Direitos Humanos e a dotação 144220350.2142 – Observatório, Educação e Premiação em Direitos Humanos, que atende a necessidade de verba orçamentária para a CMDH.

**SAC - Sistema
de
Acompanhamento
de Casos**

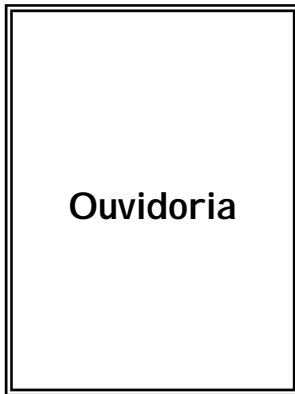
Encontra-se em funcionamento na Comissão Municipal de Direitos Humanos, o SAC – Sistema de Acompanhamento de casos, um sistema informatizado de cadastro de atendimentos, que foi desenvolvido pela SGM – ATPD, em parceria com esta Comissão.

A segunda fase do sistema, que contará com consultas e relatórios, está em desenvolvimento.

Esse sistema, após o desenvolvimento completo, será utilizado por todas as coordenadorias municipais.

**Lei da
Comissão
Municipal de
Direitos
Humanos**

Visando uma remodelagem, estamos em processo de estudo e debate, no intuito de aprimorar as atribuições, instrumentos de atuação, composição, prerrogativas e orçamento.



As Ouvidorias Públicas são instrumentos de apoio ao planejamento da atividade entre o poder público e a sociedade, uma vez que são canais privilegiados de informações devido ao seu relacionamento com a população, que a partir de alguma necessidade concreta da ação do Estado, não encontra tratamento adequado pelas vias normais da estrutura burocrática.

A característica fundamental das Ouvidorias Públicas é de ser um órgão a que se vincula, com o objetivo de garantir profundidade e abrangência da análise crítica da Ouvidoria Geral.

A Ouvidoria Geral tem independência e autonomia em relação à própria estrutura administrativa da máquina pública, reforçadas pelo tratamento à investidura no cargo e mandato, que deve ser escolhido com a participação da sociedade civil.

Em 2006, a Comissão Municipal de Direitos Humanos, em atendimento ao que determina o artigo 4º da Lei nº 13.167, de 05 de julho de 2001, apresentou lista tríplice ao Prefeito Municipal, dos candidatos ao cargo de Ouvidor Geral, tendo na ocasião sido escolhida a Dra. Maria Inês Fornazaro.

Assessoria de Imprensa

Apartir de julho de 2006 a Comissão Municipal de Direitos Humanos implantou um serviço de Assessoria de Imprensa com o objetivo de divulgar e promover as atividades do órgão junto aos veículos de comunicação. Busca-se sensibilizar os meios de comunicação para veicular as notícias e informações referentes aos direitos humanos, conscientizando a sociedade para a importância do tema e para mudar a percepção do tema pela população em geral. Paralelamente, têm sido formuladas e implementadas iniciativas no sentido de incrementar e fomentar a comunicação em rede.

Uma das estratégias utilizadas tem sido a divulgação de press releases informativos sobre as realizações, eventos promovidos, parcerias e ações da CMDH, assim em julho foi feita intensa difusão do Fórum Direitos Humanos, Direito de Todos, que ocorreu em julho (oficinas) e agosto (sessão plenária). Da mesma forma foi anunciado o Seminário Direitos Humanos, Migrantes e Refugiados, inaugurado em agosto, bem como ações paralelas ligadas ao tema (encontro com representante do Ministério da Justiça. Este evento em parceria

com ONGs contou com quatro palestras mensais divulgadas. Outras iniciativas das quais a CMDH promoveu e/ou participou, como a Caravana Comunidade Segura, a implantação da Central de Penas Alternativas para Mulheres, a realização do projeto piloto das Oficinas de Direitos Humanos. O 1o Prêmio Municipal de Direitos Humanos, festival de curtas-metragens “Entre Todos” cujo lançamento ocorreu em novembro também se constituiu num projeto com divulgação na imprensa.

Divulgação de press releases:

No período de julho a dezembro foram divulgados press releases dos eventos, parcerias e ações da CMDH:

- 26/7/06 - FÓRUM REÚNE PODER PÚBLICO, ONGs E ESPECIALISTAS PARA DEBATER DIREITOS HUMANOS ;
- 27/7/06 - FEDERALIZAÇÃO DOS CRIMES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS
- José Gregori, presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos, profere palestra na OAB-SP;
- 15/8/06 - DIREITOS HUMANOS: O DEBATE NECESSÁRIO
- Paradoxos e polêmicas cercam tema que será abordado no Fórum Direitos Humanos, Direito de Todos, na cidade de São Paulo no dia 17 de agosto;
- 3/8/06 - FÓRUM REÚNE PODER PÚBLICO, ONGs E ESPECIALISTAS PARA DEBATER DIREITOS HUMANOS;
- 11/08/06 - SEMINÁRIO "HISTÓRICO, CONCEITO E FUNDAMENTO DOS DIREITOS HUMANOS" Palestras de José Gregori e Guilherme da Cunha abordam questões ligadas a Direitos Humanos, Migrantes e Refugiados;
- 29/8/09 - COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS RECEBE
- CARAVANA COMUNIDADE SEGURA Movimento visita cidades brasileiras abordando temas ligados a Segurança Pública;
- 6 e 11/9/06 - PALESTRA "MIGRAÇÕES E REFUGIADOS" Evento faz parte de Seminário promovido visando a campanha em prol da

ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre Trabalhos Migrantes;

- 6/09/06 – SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SE REÚNE COM ENTIDADES EM SÃO PAULO PARA DISCUTIR PROPOSTAS PARA LEI DOS ESTRANGEIROS O encontro reúne Luis Paulo Barreto com presidente da CMDH, Dr. José Gregori, e representantes de ONGs que atuam com migrantes e refugiados;
- 20/9/06 - COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS INICIA OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO JUNTO A SUB-PREFEITURAS Primeira oficina será realizada junto a agentes públicos da sub-prefeitura de Campo Limpo;
- 3/10/06 - PENAS ALTERNATIVAS: PARCERIA INÉDITA ENTRE COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS, SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Central de Penas alternativas para público feminino inaugura parceria a partir de outubro;
- 13/10/06 - PALESTRA MIGRANTES E REFUGIADOS: RELAÇÕES INTERNACIONAIS, LEGITIMIDADE E DIREITOS HUMANOS Evento faz parte de Seminário promovido visando a campanha em prol da ratificação da Convenção das Nações Unidas para Proteção dos Direitos dos Migrantes e de suas Famílias;
- 6/11/06 – PALESTRA SOBRE MIGRANTES E REFUGIADOS ABORDA: ESTADO DE DIREITO E DIREITOS HUMANOS Os advogados Dalmo Dallari e Flávia Piovesan expõem aspectos ligados ao Estado de Direito e à Constituição em evento parte de Seminário que discute temas ligados a Migrantes e Refugiados;
- 21/11/06 - 1o FESTIVAL DE CURTAS-METRAGENS DE DIREITOS HUMANOS “ENTRE TODOS” COMEÇA EM 22 DE NOVEMBRO Evento aberto a realizadores profissionais, iniciantes e amadores difunde os direitos humanos no âmbito cultural.
- 13/12/06 - DIA INTERNACIONAL DO IMIGRANTE: PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL LANÇAM CAMPANHA EM PROL DOS DIREITOS HUMANOS, MIGRANTES E REFUGIADOS - Na semana dos Direitos Humanos um evento na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

discute os direitos humanos, a adesão do Brasil à Convenção da ONU para Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias e a nova Lei dos Estrangeiros.

- 14/12/06 - II Feira de Direitos Humanos: 15 de dezembro: Evento da Comissão Municipal de Direitos Humanos comemora o Dia Internacional da Declaração Universal dos Direitos Humanos
- 20/12/06 - AÇÃO DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA GERA MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS - Presidente da entidade, Dr. José Gregori, alerta para a conduta dos policiais envolvidos

Como parte da estratégia de divulgação dos direitos humanos no Município verifica-se que o atendimento aos jornalistas se constitui numa das mais importantes formas de trabalho. Foram concedidas entrevistas pela CMDH tendo em vista tanto a procura espontânea dos profissionais da imprensa ou devido ao envio de sugestões de pauta (press releases). O papel que a CMDH desempenhou na escolha da Ouvidora da Prefeitura gerou diversas solicitações. Assuntos ligados a direitos humanos, justiça, política e cidadania, segurança pública também propiciaram procura por parte da imprensa. A central de penas alternativas para mulheres, parceria com a SAP – Secretaria de Assuntos Penitenciários e com o Ministério da Justiça, também despertaram interesse dos meios de comunicação. O lançamento do 1º Prêmio Municipal de Direitos Humanos também motivou diversas solicitações por parte da imprensa e espera-se que com o andamento das atividades e participação dos interessados esse espaço seja incrementado.

Relação das entrevistas concedidas:

- 19/7/2006 – Dr. José Gregori falou sobre Ouvidoria/edital entidades para Destak jornal;
- 20/7/2006 - Dr. José Gregori falou sobre Justiça na Tv Senac;
- 21/7/2006 - Dr. José Gregori falou sobre Ouvidoria/edital para a Rádio 9 de julho;

- 21/7/2006 – Dr. José Gregori falou sobre Ouvidoria/edital para o Diário de S Paulo;
- 24/7/2006 – Dra. Célia (por fone) falou sobre Ouvidoria para a chefia de reportagem da Tv Globo (SPTV);
- 24/7/2006 – Dr. José Gregori falou sobre Ouvidoria para o jornal Metrô News;
- 25/7/2006 – Dr. José Gregori falou sobre Penas Alternativas o jornal O Estado de S Paulo – Metrópole;
- 28/7/2006 - Márcia Municípios do litoral paulista que expulsam moradores de rua e os encaminham para a cidade de S Paulo para o jornal Diário de S. Paulo;
- 28/7/2006 – Dr. José Gregori falou sobre Impunidade para Revista Five;
- 10/8/2006 – Dr. José Gregori falou sobre Fórum de Direitos Humanos para o Site do PNUD;
- 11/8/2006 – Dr. José Gregori falou sobre Ouvidoria para a revista Veja
- 14/8/2006 – Dr. José Gregori falou sobre Segurança pública na TV Cultura - De olho no voto (abrindo a série de programas);
- 14/8/2006 – Dr. José Gregori falou sobre Regime disciplinar diferenciado para O Globo;
- 15/8/2006 - Dra. Célia fala sobre Fórum de DH para Rádio Cultura de PA;
- 22/8/2006 – Dr. José Gregori falou sobre Ouvidoria critério para escolha para Vejinha;
- 28/8/06 - Dra. Célia falou sobre CMDH geral e Institucional para Rádio Trianon (ao vivo);
- 25/8/06 - Dra. Célia falou sobre Seminário, migrantes e refugiados Site Senac Setor 3;
- 3/10/06 - Dra. Célia falou sobre Desarmamento para Rádio Difusora Judiai;
- 9/10/06 - Dra. Célia falou sobre Central de penas alternativas para mulheres para Rádio Eldorado Am;
- 11/10/06 - Dra. Célia falou sobre Curso de DH para GCM + SIM –DH para o site Viva Rio-Comunidade Segura;

- 24/10/06 - Dra. Célia falou sobre Central de Central de Penas alternativas para mulheres para Viva o Centro;
- 25/10/06 – Dr. José Gregori falou sobre Eleições e justiça para o Site Última Instância;
- 27/10/06– Dr. José Gregori falou sobre Eleição e justiça na Tv Cultura encerrando a série de programas De olho no voto;
- 9/11/06 - Dr. José Gregori falou sobre Institucional para Jornal Veteranos da Mooca;
- 17/11/06 - Dra. Célia falou sobre 1o Festival de curtas-metragens em DH para a Rádio Eldorado;
- 21/11/06 Dra. Célia falou sobre 1o Festival de curtas-metragens em DH para a Rádio Jovem Pan AM;
- 23/11/06 - Dr. José Gregori falou sobre Central de Penas alternativas para mulheres Canal Futura;
- 29/11/06 - Dr. José Gregori falou sobre Anistia, crimes, regime militar na Tv Cultura, programa Opinião Nacional;
- 30/11/06 - Dr. José Gregori falou sobre Araci Guimarães Rosa para o jornal Folha São Paulo;
- 1/12/06 - Dra. Célia Whitaker falou sobre o 1o Prêmio Municipal de Direitos Humanos Entre todos para a Revista Vida Simples
- 14.12.06 Dr. José Gregori falou sobre CMDH, direitos humanos em 2006 para aRádio Eldorado-Jornal da Eldorado
- 17.12.06 Dr. José Gregori falou sobre Direitos Humanos – Migrantes e Refugiados para Rádio Jovem panPlantão de Domingo-2a edição (ao vivo)
- 18.12.06 - Dra. Célia falou sobre Direitos Humanos – Migrantes e Refugiados para site Senac – 3o setor
- 20.12.06 Dr. José Gregori falou sobre Projeto de lei de proteção à criança e adolescente ameaçado para a Rádio Câmara

Como resultado das divulgações e entrevistas acima, foram publicadas reportagens e matérias jornalísticas e/ou de divulgação conforme o balanço a seguir:

- Tendo em vista solicitação da CMDH atendida pelo jornal O Estado de São Paulo aos sábados e domingos é publicado o contato da instituição no quadro “Onde se informar”, pág. 2 do caderno Metrópole;
- Sobre o papel da CMDH na escolha do Ouvidor do Município de São Paulo: DCI (25/7/06), Agência Estado (24/7/06), Diário de S. Paulo (24/7/06 e 25/7/06), Agora SP (25/7/06), Metrô News (25/7/06), Jornal da Tarde (25/7/06), O São Paulo (11/7/06);
- No Diário de S. Paulo em 29/7/06 foi publicada a matéria “Expulsão de moradores de rua pode ser investigada – Sem-teto estariam sendo trazidos de cidades da Baixada Santista para a Capital. Comissão de Direitos Humanos quer apresentar denúncia ao Ministério Público” (capa e pág. A5);
- No Jornal da Tarde no dia 2/8/06, pág. A-7, foi publicada a matéria “Penas Alternativas: pouco aplicadas – No Estado, só 5 mil dos 143 mil detentos pagam sentenças com serviços à comunidade”;
- Na coluna Persona de César Giobbi, publicada no jornal O Estado de São Paulo, Cad. 2 (2/8/06) saiu nota sobre palestra do Dr. José Gregori na OAB a respeito de Federalização dos Crimes contra os direitos humanos;
- A matéria “Reincidência é 12 vezes menor com penas alternativas - Em SP, apenas 5.305 pessoas estão cumprindo essas sentenças, apesar de elas serem muito eficazes” foi publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 2/8/06, pág. C1;
- O jornal O Globo publicou matéria sobre RDD com entrevista do Dr. José Gregori no dia 15.8.06, pág. 8;
- Artigo do Dr. José Gregori - “Pela lei, sem medo nem concessões” – atendendo a convite do jornal foi publicado na Folha de S. Paulo, Tendências e Debates (12/8/06, pág. A3). O tema “Nas atuais circunstâncias, é correto manter o benefício da saída de Dia dos Pais aos presos?”;
- Matéria “Estado precisa desmilitarizar a polícia” foi publicada no site do Pnud em 17/8/06 tendo em vista palestra proferida pela antropóloga Alba Zaluar no Fórum de Direitos Humanos, promovido pela CMDH;

- Nesse mesmo site do Pnud no dia 11/8/06 foi publicada a reportagem “Sem direitos humanos, crise de violência pode piorar – Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, José Gregori, cobra solução ‘humanista’ para violência no Estado”. O motivo foi a realização da sessão plenária do Fórum de Direitos Humanos, promovido pela CMDH;
- O jornal PUCSPaulo fez o registro da participação no Dr. José Gregori em evento comemorando o 60o aniversário da instituição;
- O Site do informativo Tela Viva (9/10/06) publicou nota na Agenda “São Paulo terá festival temático de direitos humanos”;
- O site do informativo Viva o Centro publicou a matéria “Pena Alternativa para mulheres no Centro” no dia 25/10/06;
- O site jurídico Última Instância publicou depoimento do Dr. José Gregori na matéria “Próximo governo tem que mudar legislação peocessual, dizem juristas”, no dia 30/10/06;
- O site Pauta Social publicou a nota “Advogados debatem sobre Migrantes e Refugiados – Palestrantes expõem sobre o tema e direitos humanos ligados a migração”, no dia 3/11/06 ;
- O site Última Instância publicou em 7/11/06 nota sobre o evento de novembro de Migrantes e Refugiados;
- O site Mapa do 3o Setor publicou a matéria “1o Festival de Curtas-Metragens de Direitos Humanos ‘Entre Todos’ começa em 22 de novembro”, no dia 21;
- Sobre o 1o Prêmio Municipal de Direitos Humanos saíram notas e reportagens na Revista Raça e Revista de Cinema, na Folha on Line, na coluna Persona – do jornal O Estado de São Paulo, NO SITE Globo. Com, no portal Universia Brasil, no site Curta o Curta, no site da Prefeitura de SP, no site Sobre Elas, no site Cineweb, na Revista Produção Profissional e no site Carta Maior; além de ter sido objeto de nota no programa Vitrine, da Tv Cultura, no dia 17 de dezembro.
- O Diário Oficial do Município publicou em 19 de dezembro matéria com chamada de capa, fazendo um registro do evento do dia 15, encerramento do Seminário Direitos Humanos, Migrantes e Refugiados e lançamento da campanha em prol da ratificação da Convenção da

ONU para Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias e a nova Lei dos Estrangeiros, além de ter sido objeto de entrevista na Rádio Jovem Pan e de pauta do site Pauta Social. O site do Senac, terceiro setor também realizou e publicou matéria sobre o evento no dia 21/12/06

O setor é responsável também pela comunicação institucional da CMDH. Neste sentido realizou e divulgou as ações do órgão para a rede de entidades, órgãos que atuam no âmbito dos direitos humanos, do terceiro setor e parceiros nos governos Municipal, Estadual e Federal. Mensalmente são divulgadas mediante o Informativo ou Newsletter e semanal ou quinzenalmente, por meio do Boletim da Comissão Municipal de Direitos Humanos. Além disso, verifica e atualiza as informações e notícias constantes do website da CMDH atualizado constantemente de acordo com as necessidades.

Como forma de implementar a comunicação interna foi criado o clipping diário on line com as principais notícias veiculadas nos veículos de imprensa sobre direitos humanos em geral e especialmente aquelas que abordam o trabalho da CMDH

